

**REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA**  
**SUMÁRIO Nº 11 ABR/JUN – 1995**

**I DOCTRINA**

1. Algumas considerações sobre o princípio constitucional da inviolabilidade do domicílio – DINORÁ ADELAIE MUSETTI GROTTI
2. Tripartição de poderes na Constituição de 1988 – MARILENE TALARICO MARTINS RODRIGUES
3. Exercício do poder constituinte derivado. Noções de um poder constituinte não originário. O poder constituinte instituído. Poder constituinte de revisão ou reformador. O poder constituinte decorrente – MARIA GARCIA
4. Improbidade administrativa. Considerações sobre a Lei n. 8.429/92 – CLÁUDIO ARI MELO.
5. Licenças urbanísticas no contexto das limitações administrativas – CLÉCIO CHIESA
6. A trajetória da propriedade mineral nos textos constitucionais republicanos – JÔNATHAS SILVA
7. Extensão da Ação Popular enquanto direito político de berço constitucional elencado nos títulos de direitos e garantias fundamentais dentro de um sistema de democracia participativa – GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA E ANDRÉ RAMOS TAVARES
8. As Medidas Provisórias. Novo instituto de direito constitucional – CARLOS ALBERTO RAMALHO
9. A defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica – ANDRÉ LUIZ BORGES NETO
10. Direitos Humanos e a proteção dos dados pessoais – EVENI LONGO
11. A Ação Popular como instrumento de defesa ambiental – RAQUEL FERNANDES PERRINI
12. Constituição econômica – WALTER RODRIGUES DA SILVA FILHO
13. Mandado de Injunção – SÉRGIO REGINALDO BACHA
14. O papel do Poder Judiciário na efetividade dos direitos fundamentais – MARCOS AUGUSTO PEREZ
15. A constitucionalidade da adoção internacional – EDSON JOSÉ DA FONSECA

**II ESTUDOS E PARECERES**

Legislação antitruste. Predatoriedade. Princípios constitucionais da ordem econômica. CELSO BASTOS

Cofins das operações com derivados de petróleo – Inteligência do art. 155, § 3º da CF. Questões processuais – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS; ANTONIO CELSO DI MUNNO CORRÊA

Medidas Provisórias. Prorrogação. Ato jurídico perfeito. ANTONIO CELSO DI MUNNO CORRÊA

### **III TRIBUNAIS**

1. RMS – Constitucional – FGTS – Conversão do regime celetista/estatutário. Rel. VICENTE CERNICCHIARO
  2. Mandado de Segurança. Nomeação de juiz togado de Tribunal Regional do Trabalho. Vaga reservada a advogado. Rel. NÉRI DA SILVEIRA
  3. Mandado de Segurança. Aposentadoria facultativa, com base no art. 129, § 4º, combinado com o art. 93, VI, ambos da Constituição de 1988. Rel. NÉRI DA SILVEIRA
  4. Mandado de Segurança. Ato do Presidente da República. Demissão. Do emprego de Agente Administrativo do INSS por acumulação com cargo de professora da rede oficial estadual. Rel. PAULO BROSSARD
  5. Administrativo e Constitucional – Concurso público – Auditor Fiscal do Tesouro Nacional – Reserva de vaga para provimento derivado, via de ascensão funcional – Decreto-lei n. 2.225/85 e Decreto n. 92.360/86 – Impossibilidade – Art. 37, II da CF de 1988. Rel. ASSUSETE MAGALHÃES
  6. Administrativo e Constitucional – Concurso público – Nomeação – Preterição de candidato aprovado – Direito à nomeação – Art. 37, IV, da Constituição Federal. Súmula n. 15 do STF. Rel. ASSUSETE MAGALHÃES
  7. Tributário e Constitucional – Contribuições sociais – Contribuição para a Seguridade Social – lei Complementar n. 70/91 – Constitucionalidade, visto terem sido observadas as regras próprias estabelecidas na Constituição. Rel. OSMAR TOGNOLO
- Constitucionalidade. Juiz. Aposentadoria. Acumulação. Vedação. Constituição Federal, art. 95, parágrafo único, inc. I. Rel. TOURINHO NETO